



II Simpósio Pós-Estruturalismo e Teoria Social: Ernesto Laclau e seus Interlocutores
25 a 27 de setembro de 2017
Pelotas/RS – Brasil

Grupo de Trabalho 2: Teoria do Discurso e Mobilizações Sociais na América Latina

Democracia Radical, Movimentos Sociais e a conquista da Hegemonia Política

Felipe Cavaliere Tavares
Doutor em Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ
Professor do Centro Universitário Augusto Motta - RJ
E-mail: felipecavalieretavares@gmail.com



Democracia Radical, Movimentos Sociais e a conquista da Hegemonia Política

Felipe Cavaliere Tavares

RESUMO:

O artigo apresenta, como fundamento teórico, o modelo radical de democracia desenvolvido pela belga Chantal Mouffe e pelo argentino Ernesto Laclau. Neste modelo, os referidos autores defendem a criação de um novo projeto político hegemônico de esquerda, fundamentado na articulação entre os chamados novos movimentos sociais, que lutam contra as diferentes formas de opressão que caracterizam a contemporaneidade. A democracia radical, portanto, é aquela em que os tradicionais movimentos sociais de combate aos efeitos prejudiciais do capitalismo conseguem se articular com os novos movimentos de combate à opressão de gênero, racial ou de orientação sexual, através do chamado princípio de equivalência democrática. A partir deste referencial teórico, foi feita uma análise sobre o processo de articulação entre os movimentos sociais brasileiros, com o objetivo de investigar se, no Brasil, os movimentos sociais de combate à opressão econômica e social conseguem estabelecer uma equivalência democrática com os movimentos de combate à opressão identitária.

PALAVRAS-CHAVE: Democracia Radical; Hegemonia; Movimentos Sociais;

INTRODUÇÃO

O artigo apresenta, como fundamento teórico, o estudo desenvolvido pela belga Chantal Mouffe e pelo argentino Ernesto Laclau, cujo marco inicial é a publicação, em 1985, do livro *Hegemonia e Estratégia Socialista: Por uma Política Democrática Radical*. Sua tese central é a necessidade de criação de uma cadeia de equivalências entre as diversas lutas democráticas contra as diferentes formas de subordinação. As lutas contra o sexismo, o racismo ou a discriminação sexual, precisam ser articuladas com as tradicionais reivindicações dos trabalhadores, para que possa ser criado um novo projeto hegemônico de esquerda, fundamentado em um modelo radical de democracia, que não nega as conquistas liberais, mas, pelo contrário, pretende aprofundá-las. Para Mouffe e Laclau, portanto, é apenas a partir do momento em que



o discurso democrático está disponível para articular as diversas formas de resistência à subordinação que surgem as condições que tornarão possíveis as lutas contra estes diferentes tipos de opressão.

Neste sentido, Mouffe e Laclau destacam o papel exercido pelos chamados novos movimentos sociais. Com este termo – novos movimentos sociais – procuram expressar uma amálgama de lutas muito diversas: urbanas, rurais, ecológicas, antiautoritárias, feministas, etc. Assim, à tradicional luta contra a opressão do capital foram somadas outras frentes de batalha. Negros, mulheres e homossexuais, por exemplo, formaram movimentos para reivindicar seus direitos e lutar pelo reconhecimento de suas próprias identidades. Contudo, tais lutas são independentes umas das outras, e este isolamento dificulta, segundo Mouffe e Laclau, a construção de um autêntico projeto hegemônico. Segundo eles, cabe a uma ideia radical de cidadania funcionar como um elemento articulador, estabelecendo uma verdadeira equivalência democrática entre essas diversas formas de luta.

Mouffe e Laclau, porém, ressaltam que este princípio da equivalência democrática requer a formação de uma vontade coletiva entre os movimentos, pois é apenas através dela que a articulação será capaz de representar a identidade popular. Sem a formação desta vontade coletiva, portanto, a articulação entre os movimentos é uma mera aliança de interesses, incapaz de propiciar as condições políticas exigidas para a conquista da hegemonia. Este tema foi aprofundado por Laclau em um de seus últimos livros, *'On Populist Reason'*, onde relaciona os conceitos de hegemonia e populismo, procurando combater os preconceitos e equívocos que geralmente se associam ao conceito do que seja o populismo. Para ele, o populismo é ele próprio resultado de um processo de construção política, afastando qualquer ideia de que seja uma ideologia, uma anomalia ou um subdesenvolvimento irracional da democracia representativa (LOPES; MENDONÇA, 2013, p.11).

Pode-se dizer que Laclau, ao trazer à tona o tema do populismo, deseja na verdade determinar como se constrói o conceito de povo, como este se torna um importante ator histórico, o que para ele é algo que relaciona-se diretamente com a



ideia de articulação hegemônica. Laclau entende que a prática articulatória populista ocorre não através da articulação entre grupos, como poderia se supor, mas sim através da relação de equivalência entre demandas sociais não atendidas. Estas demandas, então, constituem uma subjetividade social mais ampla, sendo a partir daí chamadas de demandas populares. Para Laclau, porém, não basta que haja essa relação de equivalência, é necessário que ela seja consolidada, o que se torna possível quando ocorre a construção de uma identidade popular, algo que é quantitativamente maior do que a simples soma dos laços de equivalência. Sem essa identidade popular, as relações de equivalência, segundo Laclau, não conseguem ir muito além de um vago sentimento de solidariedade. Assim, as equivalências se cristalizam através de uma espécie de identidade discursiva que, através de uma inversão do relacionamento, deixam de se subordinar às demandas iniciais e passam a se comportar como seu próprio fundamento. Para Laclau, é isto o que constitui o 'povo' do populismo, aquilo que ele descreveu como operação hegemônica. Portanto, "não existe hegemonia sem a construção de uma identidade popular a partir de uma pluralidade de demandas democráticas" (LACLAU, 2013, p.152).

A partir deste referencial teórico, e utilizando o contexto político brasileiro como pano de fundo, o artigo faz uma análise sobre o processo de articulação entre o MST, um dos mais representativos movimentos de combate à opressão do capital, e alguns movimentos sociais de natureza identitária, que lutam contra a opressão de gênero ou orientação sexual. O objetivo era identificar, nesta articulação, a presença dos elementos que, segundo Mouffe e Laclau, são capazes de formar a vontade coletiva e, portanto, favorecer o desenvolvimento de uma democracia radical, em que os movimentos de esquerda estão em condições de disputar a hegemonia política com os grupos neoliberais e conservadores. Neste sentido, o artigo se divide em duas partes: Primeiramente, são apresentados os elementos que devem estar presentes em uma articulação qualquer, para que esta articulação represente verdadeiramente a vontade coletiva do povo ou, em outras palavras, a identidade popular. Depois, nos capítulos seguintes, faz-se uma análise da articulação entre o MST e os movimentos sociais identitários, a partir destes elementos levantados no primeiro capítulo.



1. ELEMENTOS FORMADORES DA VONTADE COLETIVA

Para Mouffe e Laclau, para que a articulação entre os movimentos sociais seja capaz de representar uma vontade coletiva, é necessário que alguns elementos estejam presentes nesta articulação. São eles: a) A construção de uma nova subjetividade; b) A realização de uma reforma moral e intelectual na sociedade civil; c) A articulação entre movimentos sociais e partidos políticos.

O primeiro elemento, construção de uma nova subjetividade, relaciona-se com a necessidade, apontada por Mouffe e Laclau, de se combater qualquer vestígio de essencialismo na relação equivalencial que se estabelece entre os movimentos.¹ E neste sentido, destacam-se os estudos feitos por Laclau sobre a relação que se estabelece entre o universal e o particular, a partir da qual ele deduz o caráter vazio e incompleto do universal.² Essa definição da relação entre o universal e o particular permite a Laclau concluir que existe uma tensão inerente a esta relação, mas este paradoxo não é prejudicial, muito pelo contrário, é condição de existência da democracia. O caráter incompleto, vazio e sem corpo do universal permite a diferentes grupos competirem entre si para conseguir preencher, temporariamente, este vazio com seus próprios particularismos. É por isso que para Laclau o universal é primordialmente uma categoria política e social, já que a articulação hegemônica pretende, exatamente, preencher este vazio: “a presença de significantes vazios – no sentido que temos definido – é a própria condição da hegemonia (LACLAU, 2011, p.77).

¹ Apesar de destacarem a importância do pensamento político de Gramsci, retomando, inclusive, o seu conceito de hegemonia, o fato é que Mouffe e Laclau pretendem ir além daquilo que foi desenvolvido por ele. Consideram que a teoria de Gramsci é incoerente e não supera plenamente o dualismo do marxismo clássico, uma vez que crê na existência de um princípio unificante, vinculado a um fundamento ontológico. Esta contradição ocorre porque, por um lado, Gramsci, corretamente, considera que a classe proletária precisa articular suas lutas democráticas, mas não consegue escapar de forma integral do essencialismo, uma vez que afirma que o papel articulador é determinado pela infraestrutura. Cf. LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical**. São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015, p. 154.

² Para Rodolphe Gasché, a importância da teoria de Laclau sobre a universalidade está no fato de que ela surge para resgatar o próprio pensamento político, que até então estava sofrendo as consequências tanto do fracasso do projeto iluminista como do projeto marxista. Cf. GASCHÉ, Rodolphe. How empty can empty be? On the place of the universal. In: CRITCHLEY, Simon; MARCHART, Oliver. **Laclau: a critical reader**. London: Routledge, 2004, p. 17.



Para Mouffe e Laclau, portanto, a articulação hegemônica não pode fundamentar-se em uma suposta posição ontologicamente privilegiada de uma classe universal, uma vez que o universal é sempre incompleto, um significante vazio de significados. Assim, não há nenhum conteúdo necessariamente vinculado ao universal, permitindo o seu preenchimento por diferentes ideais, o que caracteriza exatamente a luta por hegemonia. O significante formado, que vai preencher o significante antes vazio, portanto, é sempre contingencial, visto que as identidades não são fixas, mas sim relacionais. Com isso, os movimentos sociais que fazem parte da articulação não podem eles mesmos serem fechados em si mesmos, como se já tivessem uma identidade definida. Seu significado político deve depender da articulação que é feita com os outros movimentos. A identidade dos movimentos, assim, não é indiferente ao que acontece a sua volta e, por este motivo, é sempre incompleta.

Mouffe e Laclau afirmam que a nova subjetividade deverá ser capaz de representar o conceito de 'povo' e o processo de construção deste conceito exige a definição de um adversário comum, que será o referencial de oposição a todos os movimentos que participam da articulação e constituem o 'povo'. Tal fato é fundamental para o sucesso da democracia radical, dentro do contexto agonístico do modelo político desenvolvido por ela e Laclau. Para eles, é importante que haja um 'eles' que garanta a unidade do 'nós'.

O segundo elemento obrigatório para a formação da vontade coletiva é reforma moral e intelectual que a articulação entre os movimentos deve implementar na sociedade civil. Para Mouffe e Laclau, é preciso formar uma unidade ideológica entre estes diferentes grupos, o que não consiste, certamente, na imposição de demandas de um grupo sobre os demais componentes da articulação, mas sim em um processo de transformação ideológica, que Gramsci designava com o termo 'reforma intelectual e moral' (MOUFFE, 1979, p.191). É por isso que, para Mouffe e Laclau, práticas artísticas e culturais são parte integrante da luta por hegemonia e não podem ser deixadas de lado pelos movimentos políticos. Isto porque a construção da vontade coletiva não será possível apenas com a convergência de interesses políticos e



econômicos, mas também com afinidades de natureza cultural. Seguindo os ensinamentos de Gramsci, afirmam que a conquista da hegemonia nem sempre ocorre através de um estado de revolução permanente (guerra permanente), mas algumas vezes se dá através de uma guerra de posição, onde é necessário primeiro atuar na sociedade civil, na difusão da ideologia, transformando o senso comum que permeia a sociedade. Isso significa atuar junto às escolas, igrejas, sindicatos, partidos políticos e, principalmente, junto às organizações de comunicação de massa. Para eles, a conquista de terreno, a guerra de posição travada com as forças capitalistas hegemônicas depende sobremaneira da relação que os movimentos estabelecem com o aparelho midiático da sociedade.

O terceiro elemento que deve estar presente na formação da vontade coletiva é a integração entre os movimentos sociais e os partidos políticos de esquerda. Para Mouffe, a articulação não deve ser apenas horizontal, mas também vertical. A vontade coletiva, assim, é uma organização politicamente integrada, onde as demandas articuladas encontram uma forma de se expressar politicamente, tornando concreta a sua possibilidade de realização. Mais do que isso, é necessário que a vontade coletiva tenha uma liderança política, que possa representar a unidade formada. Sem a sinergia entre partidos e movimentos sociais, a conquista da hegemonia política não será possível. (GALVÁN; MOUFFE, 2016, p.109)

2. PRIMEIRO ELEMENTO: FORMAÇÃO DE UMA NOVA SUBJETIVIDADE

Como visto, o primeiro elemento importante para a formação da vontade coletiva é que a articulação entre os movimentos sociais seja capaz de construir uma nova subjetividade, superando o essencialismo e a ideia de uma classe universal. Isso exigiria dos movimentos uma alteração de seu próprio significado político, através da incorporação das demandas de outros grupos. Embora a articulação possa ser considerada uma questão importante para os movimentos sociais estudados, percebeu-se uma maior restrição em relação à alteração do significado político, o que pode significar uma espécie de 'resistência essencialista' na estrutura destes



movimentos. O MST, por exemplo, possui uma natureza muito distinta dos movimentos que combatem a opressão de gênero ou orientação sexual. E a incorporação das demandas destes grupos por parte do MST tem se mostrado bastante irregular.

Em relação à opressão de gênero, existe uma franca tentativa do MST em não só trazer as demandas feministas para dentro do movimento, mas também educar seus membros de forma a evitar que práticas opressoras contra as mulheres sejam uma realidade dentro da própria estrutura do movimento. Neste sentido, afirma João Pedro Stédile (2016), um de seus fundadores e que atualmente faz parte da direção nacional:

Muitas militantes do MST fazem também militância ou se articulam nos estados com a MMM- Marcha Mundial das Mulheres, que tem sido vanguarda nas causas feministas. Atuamos sempre de forma muito contundente em transformar o dia 8 de março, e um dia de luta, e não apenas de lembranças. E procuramos educar nossa militância nos processos de formação, para a pluralidade de ideias e de comportamentos, devendo sermos generosos com todas as diferenças que há na sociedade brasileira e que também se reproduzem na base social do MST.

Lúcia Marina dos Santos, também integrante da direção nacional e responsável pelo acompanhamento da participação do MST junto à Coordenação Internacional da Via Campesina, ressalta a preocupação do MST em evitar que os postos importantes, de liderança e decisão, sejam ocupados exclusivamente por homens. Ela lembra que desde 2002 existe uma determinação para que os núcleos de família do movimento, ou seja, a sua base de sustentação, sejam coordenados conjuntamente por um homem e uma mulher, em igualdade de condições. Para ela, essa determinação foi fundamental para o aumento da participação das mulheres no MST, permitindo, inclusive, que elas alcançassem a direção do movimento. Diz ela:

Hoje, isso já tem uns 8-10 anos, a direção nacional é composta também por um homem e uma mulher. A direção nacional é a representação por estado, nós estamos organizados em 24 estados, então tem que ter 48 pessoas representando os estados, depois tem os setores, escritórios, secretarias nacionais. Se você for pegar na essência da direção nacional é 50% e 50% de participação. E aí isso vai se disseminando pras regiões, setores, coletivos e tal e vai também dando um incentivo maior para as mulheres irem se capacitando. (SANTOS, 2016)



A percepção que se tem, a partir dos depoimentos de Stédile e Marina, é que o MST está atento ao debate feminista, principalmente quanto ao plano interno, ou seja, existe uma efetiva preocupação em garantir às mulheres do movimento uma condição de igualdade em relação aos homens, além de um combate constante à reprodução do machismo dentro do próprio MST. Em relação às principais demandas feministas, há um objetivo interesse do MST em combater a violência de gênero, principalmente a violência física e sexual, além do reconhecimento de que a sociedade é fundamentada em um modelo patriarcal e que isso precisa ser superado. Com o intuito de fortalecer esta articulação, foi criada, dentro da estrutura do movimento, o setor específico de gênero, que procura garantir o envolvimento da mulher nos diversos coletivos. Porém, uma análise mais profunda indica que esta preocupação do MST em incorporar a causa feminista está presente nos objetivos de suas lideranças nacionais, mas nem sempre são refletidas em suas bases. A explicação para isto, segundo Marina, é o fato de que o movimento é essencialmente rural, o que indica um posicionamento mais conservador da base do movimento em relação a estes temas:

... o MST é na essência um movimento machista. Se você pegar na América Latina e no Brasil o machismo é muito forte, no campo é muito mais, então não tem como você dizer que o MST não é um movimento machista: é na sua essência muito machista. Mas eu acredito que já houve muitas mudanças, uma melhora muito grande nesse sentido tanto da relação das mulheres com as mulheres, porque nós não escapamos desse processo machista, e dos homens entre eles e dos homens com as mulheres e etc., então eu acho que houve bastante mudança. (SANTOS, 2016)

Os movimentos feministas estudados, por sua vez, também confirmam essa boa articulação com o MST. A Marcha Mundial das Mulheres (MMM), por exemplo, mostra-se bastante interessada em integrar a luta de outros movimentos sociais que não trabalham especificamente a questão do feminismo. É o que afirma Maria Luiza (2016), ou simplesmente Malu, responsável pelo Coletivo Rosa dos Ventos, núcleo carioca da MMM. “A Marcha, que eu saiba, é o único movimento feminista hoje que tem um esforço muito grande de estar inclusive em fóruns que não debatem necessariamente pautas específicas das mulheres”. Em relação ao MST, Malu (2016) afirma que a parceria é muito forte nacionalmente, em especial quanto à participação



da MMM na Marcha das Margaridas, que é o nome dado à marcha das mulheres trabalhadoras rurais, que conta com a participação do coletivo de gênero do MST.

Em relação à articulação entre o MST e os movimentos LGBT, a articulação é ainda mais frágil. Todos os entrevistados admitem que se trata de um tema em que ainda há muito a se fazer. Marina, do MST, por exemplo, afirma que este tema ainda é um tabu dentro do movimento, relatando que “nesse tema nós estamos começando a engatinhar” (SANTOS, 2016). É claro que os entrevistados apontam, também, que nos últimos anos houve alguns avanços no sentido de aprofundar essas relações. Stédile (2016), por exemplo, afirma que o MST tem por princípio lutar contra qualquer tipo de discriminação, seja ela de gênero, idade ou orientação sexual, enfatizando o fato de que o MST conseguiu junto ao Incra que lotes pudessem titulados a casais homossexuais. Marina, por sua vez, afirma que nos últimos congressos do MST, onde as grandes estratégias do movimento são definidas, ocorreram algumas reuniões e assembleias LGBT, ainda que de forma não oficial. E que em 2015 ocorreu o primeiro encontro oficial LGBT do MST, na Escola Nacional Florestan Fernandes, onde os participantes debateram durante três ou quatro dias sobre como o MST pode se organizar em relação a isso. (SANTOS, 2016).

Julio Moreira, Secretário Regional para a Região Sudeste da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais (ABGLT) e também Diretor Sócio-Cultural do GAI – Grupo Arco-Íris, além de Presidente do Conselho Estadual LGBT do Rio de Janeiro, avalia que a articulação cresceu bastante nos últimos anos, destacando inclusive o fato de que os dois movimentos já fizeram marchas juntos e que o MST está discutindo seriamente a questão da LGBTfobia dentro de seus espaços, inclusive com a formação de alguns fóruns dentro do próprio MST. Ele afirma que isso é muito positivo, mostra que a “velha esquerda” está mudando e percebendo a necessidade de mudança:

Se a gente pegar a década de 1980, por exemplo, a discussão da luta pela emancipação homossexual, como se falava na época, esbarrava muito naquele discurso de esquerda, de que primeiro era importante você fazer a revolução macro para depois você tratar as particularidades. A gente ainda tem um pouco disso em alguns movimentos, um pouquinho desse ranço, mas eu penso que as próprias visibilidades, os espaços que nós conquistamos as vitórias, trouxeram essa discussão perante os movimentos, então eu acho



que os movimentos de esquerda em geral eles já abordam bem a questão LGBT. Estão mudando. (MOREIRA, 2016)

O fato, porém, é que apesar dessa maior proximidade, é perceptível que o processo articulatório entre o MST e os movimentos LGBT ainda é bastante incipiente. Marina dos Santos (2016) chega a admitir que a articulação é quase inexistente, na medida em que não há um processo orgânico, institucional neste sentido. Prova disso é que não há um setor específico para a questão LGBT, como ocorre no caso das discussões de gênero. Outro fator que demonstra a pouca articulação do MST com esta causa é a ausência de informações sobre essa temática nos documentos oficiais do MST.

3. SEGUNDO ELEMENTO: REFORMA MORAL E INTELECTUAL

O segundo elemento necessário à formação da vontade coletiva é a reforma moral e intelectual da sociedade. Os movimentos estudados demonstram estar conscientes da importância da ideologia para a conquista da hegemonia, em especial no que se refere ao papel das instituições da sociedade civil como elementos de transmissão de valores, formadores do senso comum – principalmente as organizações de comunicação de massa. O problema é ainda maior quando se leva em consideração que existe uma enorme concentração de poder da mídia no país, já que apenas nove conglomerados de propriedade familiar controlam os veículos de comunicação responsáveis por 85% das informações que circulam no Brasil. Em uma carta enviada ao governo Lula, em 2008, o MST afirmava que “este quadro reforça a difusão de um pensamento único que privilegia o lucro em detrimento das pessoas e exclui a visão dos segmentos sociais e de suas organizações do debate público” (MST, 2010, p.48).

Mas o que pode ser feito para interromper esse processo de oligopólio midiático? Para o MST, é preciso democratizar os meios de comunicação e para isso é fundamental que o Estado garanta os recursos para que as mais diferentes formas



de organização popular possam estabelecer, sob controle social, os seus próprios meios de comunicação. É necessário, assim, “lutar pela garantia de funcionamento de milhares de rádios comunitárias existentes no país e não compactuar com a burocracia criada pelo próprio Estado para a manutenção do poder da comunicação nas mãos de poucos”.³

Os movimentos feministas também criticam a mídia, pois consideram que quase sempre os aparelhos midiáticos reforçam as características de uma sociedade patriarcal, enaltecendo um comportamento machista e sexista, que estimula a cultura do estupro. Neste sentido, Maria Aparecida Schumacher, ou simplesmente Schuma, uma das fundadoras da Articulação de Mulheres Brasileiras (AMB) e responsável pelo movimento no Rio de Janeiro, concorda com a importância de uma regulamentação da mídia, mas vai além dessa questão, afirmando que é fundamental que se realize uma grande transformação cultural. Ela entende que é preciso desnaturalizar aquilo que parece natural, reformar aquilo que se encontra enraizado no senso comum da sociedade (SCHUMACHER, 2016).

De qualquer maneira, não se pode afirmar que os movimentos sociais estudados, conjuntamente, estejam implementando ações que sejam capazes de, efetivamente, realizar uma reforma moral e intelectual na sociedade civil, capaz de implementar a ideologia de esquerda no senso comum da sociedade e, assim, alcançar a hegemonia. Dado o relevante papel das organizações de comunicação de massa na formação do senso comum, é fundamental que os movimentos sociais atuem de forma mais incisiva, objetivando reverter um quadro que, atualmente, não é muito favorável à ideologia de esquerda, uma vez que este senso comum se apresenta cada vez mais vinculado ao conservadorismo.

É justamente porque a realidade é desfavorável, que o trabalho cultural dos movimentos deve ser fortalecido. É preciso que suas lideranças intelectuais trabalhem fortemente na formação de uma unidade ideológica entre os grupos, capaz de ser absorvida pelo senso comum através das mais diversas práticas artísticas e culturais, bem como por intermédio de uma mídia redemocratizada, desvinculada dos interesses

³ Trecho transcrito do site do MST. Disponível em <http://www.mst.org.br/quem-somos/>. Acesso em 06 dez. 2016.



do oligopólio da comunicação. Sem uma reforma moral, sem uma “guerra de posição”, não será possível implementar a ideologia da esquerda, e por isso o campo cultural deve ser considerado um importante campo de batalha por parte dos movimentos sociais, onde a atual hegemonia do ideal conservador poderá ser derrotada.

4. TERCEIRO ELEMENTO: ARTICULAÇÃO HORIZONTAL E VERTICAL

O terceiro e último elemento necessário para a formação da vontade coletiva é a articulação entre os movimentos sociais e os partidos políticos, o que Mouffe e Laclau chamam de articulação horizontal e vertical. Neste sentido, pode-se afirmar que existe uma articulação entre os movimentos sociais estudados e os partidos políticos de esquerda, em especial o Partido dos Trabalhadores (PT). No caso do MST, muitos membros dos movimentos também são integrantes do partido, o que certamente representa um facilitador para o processo articulatório. Esta proximidade começou já no início da década de 80, como afirma Sue Branford:

Havia um clima de otimismo entre os militantes, particularmente quando eles começaram a trabalhar de maneira mais próxima com o Partido dos Trabalhadores (PT), o partido de esquerda formado por Luiz Inácio Lula da Silva e outros sindicalistas dissidentes no início dos anos 1980. Muitos ativistas do MST filiaram-se ao PT e promoveram uma incansável campanha para o partido nas eleições presidenciais de 1989 (BRANFORD, 2010, p.409).

Os movimentos de gênero e sexualidade estudados também se relacionam com os partidos políticos de esquerda, ainda que em menor intensidade. Julio Moreira, por exemplo, afirma que esse contato é feito muitas vezes por ativistas que estão no movimento e também no partido, dentro dos setoriais e coletivos específicos para a comunidade LGBT. Ele ressalta, porém, que isso não é uma exclusividade dos partidos de esquerda, sendo frequente também que estes coletivos existam em partidos de centro ou até mesmo centro-direita (MOREIRA, 2016). Até porque, segundo ele, a dicotomia direita – esquerda no Brasil é muito diluída, o que é um fato complicador na hora de se estabelecer uma ideologia hegemônica.



Maria Luiza (2016), da MMM, entende que o diálogo entre os movimentos sociais e os partidos de esquerda é algo natural, esperado, em função dos interesses que muitas vezes são convergentes. Porém, ela enxerga esse diálogo de uma forma muito pragmática, afirmando que os partidos políticos, mesmo aqueles de esquerda, não são capazes de representar integralmente as demandas dos movimentos, em função dos interesses eleitorais demonstrados pelo partido. O governo do PT, para ela, é um grande exemplo dessa incapacidade.

Essa proximidade de todos os movimentos estudados com o PT poderia ter representado um passo importante na conquista da hegemonia política, na medida em que, pela primeira vez, um partido de esquerda assumia a presidência do país. Porém, tal fato não ocorreu, pelo contrário, após treze anos de um governo de esquerda pode-se dizer que houve um fortalecimento da ideologia conservadora. Para os entrevistados, isso é consequência de uma falha na articulação entre os movimentos e o partido. Para eles, o PT se preocupou em demasia com a questão eleitoral, fazendo alianças com partidos de centro-direita e deixando de lado a sua base ideológica, constituída exatamente pelas demandas apresentadas movimentos sociais. É o que afirma Stédile (2016):

A questão fundamental é que as esquerdas, seja a partidária, seja a social, também estão em crise. Estão em crise porque no último período centralizaram suas energias apenas no campo eleitoral e institucional, abandonaram a formação ideológica de seus militantes, abandonaram a construção de seus próprios meios de comunicação social, como era a tradição da esquerda. E agora está em crise, porque tampouco está conseguindo construir/articular um projeto político para o país, a partir dos interesses da classe trabalhadora.

Marina também considera que o PT esqueceu sua base ideológica em nome da manutenção do poder. E com essa medida, afastou os movimentos sociais e se afastou da própria história:

Se você pensar, olhando de fora, porque eu não tenho nada a ver com o partido, o que tem sido feito pelo PT de formação política e ideológica, de investimento de novos políticos e tal, infelizmente, você vê que os partidos de esquerda meio que abandonaram esse processo de formação política e ideológica de trabalhar o que seria uma estratégia de transformação e etc. Caiu tudo na via eleitoral. (SANTOS, 2016).



A culpa por esse fracasso na constituição de uma hegemonia política não pode, porém, ser exclusivamente dirigida ao PT e à sua falta de atenção com as bases. Para os entrevistados, os próprios movimentos perderam a intensidade na cobrança por mudanças na política de governo, nem sempre aprovada por eles. Não souberam lidar com o fato de que era necessário cobrar de um governo de esquerda. É o que diz Marcele Esteves (2016), Coordenadora de Política Nacional da Articulação Brasileira de Lésbicas (ABL):

Eu acho que a gente não se deu conta. Quando fazem uma crítica que o movimento social abaixou a cabeça eu concordo. O movimento abaixou a cabeça sim, o movimento não bateu quando tinha que bater, porque, em suma, os pactos, a maioria dos gestores que estavam à frente de algumas políticas vieram do movimento.

CONCLUSÃO

O objetivo principal deste artigo foi investigar o processo de articulação entre movimentos sociais de esquerda no Brasil, com o intuito de identificar, neste processo, a formação desta vontade coletiva, capaz de propiciar a conquista da hegemonia política. Neste sentido, pode-se dizer que, até o presente momento, a articulação entre o MST e os movimentos que lutam contra a opressão de gênero e de orientação sexual não foi capaz de formar uma vontade coletiva, que pudesse propiciar à esquerda a conquista da hegemonia política. Isso ocorre, principalmente, porque os movimentos sociais não conseguem cumprir plenamente os três requisitos necessários para que a articulação seja capaz de ir além da aliança de interesses, constituindo a identidade popular que fundamenta a conquista da hegemonia.

Em relação ao primeiro requisito, era necessário combater os possíveis traços de essencialismo existentes na relação equivalencial estabelecida entre os movimentos sociais. Assim, os movimentos que participam de uma articulação hegemônica deveriam reconhecer o caráter incompleto de suas próprias identidades e alterar o seu significado político, formando uma nova subjetividade, diferente daquela que representava apenas as demandas de cada movimento isoladamente.



Isso aconteceu de forma parcial em relação ao MST e as demandas feministas, mas certamente ainda não ocorreu em relação à pauta LGBT. Isto pode ser explicado pela ausência de um princípio unificador que representasse o interesse de todos esses movimentos.

Em relação ao segundo requisito para a formação da vontade coletiva, a reforma moral e intelectual da sociedade, pode-se dizer que o trabalho de desconstrução e reconstrução cultural e a consequente implementação dos valores radicalmente democráticos no senso comum da sociedade são aspectos de extrema importância para a conquista da hegemonia, uma vez que para se formar uma identidade popular é preciso que os objetivos da esquerda não se restrinjam ao ambiente político-econômico, sendo vital que o aspecto cultural também seja levado em consideração. E paradoxalmente, é neste campo que os movimentos sociais estudados parecem encontrar as maiores dificuldades. De fato, é difícil competir com a força midiática hegemônica, que mobiliza a opinião pública e afasta o senso comum das ideias de esquerda. Em um cenário como este, torna-se ainda mais importante o trabalho desenvolvido pelos intelectuais.

Em relação ao terceiro requisito, pode-se dizer que os movimentos estudados sempre se preocuparam em se articular com os partidos políticos de esquerda, mas nunca em conjunto, apenas individualmente. Além disso, tal articulação nem sempre se mostrou produtiva, apesar de alguns pontos bastante favoráveis. Em relação à articulação dos movimentos estudados com o PT, o principal problema é que, enquanto esteve no poder, o partido esqueceu seu compromisso ideológico com a sua base de sustentação, formada exatamente pelos movimentos sociais. Pensando apenas em estratégias eleitorais que garantissem a manutenção do poder político, o PT muitas vezes estabeleceu alianças contrárias aos interesses de sua base, atendendo de forma muito tímida as demandas vindas destes setores que sempre estiveram ao seu lado. Com isso, a conquista da hegemonia foi se tornando cada vez mais improvável, mesmo com um partido de esquerda no poder do país. Porque a estratégia era manter a hegemonia apenas pela força eleitoral, o que, como se sabe, não obteve sucesso.



Pode-se concluir com a afirmação de que os objetivos iniciais de Mouffe e Laclau – elaborar um projeto político para a esquerda, capaz de alcançar a hegemonia – é extremamente significativo para a atual realidade brasileira, em que os ideais neoliberais e conservadores de direita estão cada vez mais articulados e hegemônicos. Cabe aos movimentos sociais e também aos partidos políticos de esquerda prepararem-se de forma adequada para o difícil combate que terão que travar na luta contra o capitalismo, o patriarcado, o racismo e a homofobia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANFORD, Sue. Lidando com governos: O MST e as administrações de Cardoso e Lula. In: CARTER, Miguel (Org.). **Combatendo a desigualdade social: O MST e a reforma agrária no Brasil**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

ESTEVEVES, Marcele. **Marcele Esteves**: Depoimento. [maio 2016]. Entrevistador: Felipe Cavaliere Tavares. Rio de Janeiro, 2016. 1 arquivo .mp3 (42 min.)

GALVÁN, Íñigo Errejón; MOUFFE, Chantal. **Podemos**: in the name of the people. London: Lawrence and Wishart Limited, 2016.

GASCHÉ, Rodolphe. How empty can empty be? On the place of the universal. In: CRITCHLEY, Simon; MARCHART, Oliver. **Laclau**: a critical reader. London: Routledge, 2004.

LACLAU, Ernesto. **A razão populista**. São Paulo: Três Estrelas, 2013.

_____. **Emancipação e diferença**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2011.

_____. **New Reflections on the Revolution of our Time**. London: Verso, 1990.

_____. Why Constructing a People is the Main Task of the Radical Politics. In: **Critical Inquiry**, Chicago, 2006, n. 32:4, p. 646-680, p.646. Disponível em <http://www.journals.uchicago.edu/action/showCitFormats?doi=10.1086/508086>. Acesso em 02 de março de 2016.



LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. **Hegemonia e estratégia socialista: por uma política democrática radical.** São Paulo: Intermeios; Brasília: CNPq, 2015.

LOPES, Alice Casimiro; MENDONÇA, Daniel de. O populismo na visão inovadora de Laclau. In: LACLAU, Ernesto. **A razão populista.** São Paulo: Três Estrelas, 2013.

LUIZA, Maria. **Maria Luiza:** Depoimento. [abr. 2016]. Entrevistador: Felipe Cavaliere Tavares. Rio de Janeiro, 2016. 1 arquivo .mp3 (55 min.)

MOREIRA, Júlio. **Júlio Moreira:** Depoimento. [maio 2016]. Entrevistador: Felipe Cavaliere Tavares. Rio de Janeiro, 2016. 1 arquivo .mp3 (33 min.)

MOUFFE, Chantal. **Agonistics:** Thinking the world politically. London: Verso, 2013.

_____. Hegemony and ideology in Gramsci. In: MOUFFE, Chantal (org.). **Gramsci and marxist theory.** London: Routledge & Kegan Paul Ed, 1979.

_____. **O regresso do político.** Lisboa: Gradiva, 1996.

_____. **Sobre o político.** São Paulo: Martins Fontes, 2015.

_____. **The democratic paradox.** London: Verso, 2000.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. **MST: Lutas e Conquistas.** 2ed. São Paulo: Secretaria Nacional do MST, 2010.

SANTOS, Lúcia Marina dos. **Lúcia Marina dos Santos:** depoimento [jan. 2016]. Entrevistador: Felipe Cavaliere Tavares. Rio de Janeiro, 2016. 1 arquivo .mp3 (48min.)

SCHUMAHER, Maria Aparecida. **Maria Aparecida Schumacher:** Depoimento. [nov. 2016]. Entrevistador: Felipe Cavaliere Tavares. Rio de Janeiro, 2016. 1 arquivo .mp3 (43 min.)

STÉDILE, João Pedro. **João Pedro Stédile:** depoimento [fev. 2016]. Entrevistador: Felipe Cavaliere Tavares. Rio de Janeiro, 2016.